

**VESTÍGIOS DE UMA ARITMÉTICA NAS PROVAS DO CURSO DE ADAPTAÇÃO: Colégio Nossa Senhora Auxiliadora - Espírito Santo, 1934**

**Renata Cristina Araújo Gomes<sup>1</sup>  
Rosiane Moraes dos Santos Feitosa<sup>2</sup>**

**RESUMO**

Em busca de documentos para nossas pesquisas em curso, encontramos no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, vinte provas de aritmética, realizadas por alunas matriculadas no Curso de Adaptação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em 1934. Considerando que as provas trazem vestígios do ensino empreendido no tempo/espaço de onde elas emergem, nos remetamos às seguintes questões: O que é possível inferir acerca das práticas pedagógicas e dos vestígios da aritmética a partir desse *corpus* de provas? Quais indícios podem encontrar acerca do Curso de Adaptação e do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora? Apoiamo-nos no conceito de cultura escolar (JULIA, 2001) bem como no pressuposto de serem as provas, fontes de pesquisa histórica (VALENTE, 2013), (COMPÈRE & PRALON-JULIA, 1990). A partir da análise empreendida, foi possível constatar a coexistência dos movimentos de mais de uma vaga pedagógica e compreender a implantação do Curso de Adaptação como uma estratégia (De Certeau, 1998) do governo para melhoria da capacitação dos futuros alunos do Curso Normal.

**Palavras-chave:** Provas de Aritmética. Curso de Adaptação. Práticas Pedagógicas.

**INTRODUÇÃO**

Falaremos a partir da documentação até o momento angariada para o desenvolvimento das pesquisas de Mestrado das autoras, vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica (PPGEEB), da Universidade Federal do Espírito Santo, *campus* São Mateus, sob a orientação do Prof. Dr. Moysés Gonçalves Siqueira Filho. Os objetivos de tais trabalhos se alinham em: analisar Livros Didáticos de Aritmética, adotados pela instrução primária espírito-santense, no período de 1890 a 1910, considerando os conteúdos e métodos propostos pela legislação<sup>3</sup>; analisar e compreender

---

<sup>1</sup> Mestranda da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Campus CEUNES.  
E-mail:renatacris\_araujo@hotmail.com.

<sup>2</sup> Mestranda da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Campus CEUNES.  
E-mail:rosiane27@gmail.com

<sup>3</sup> Título provisório: A Aritmética na Escola Primária do Espírito Santo: uma análise de sua abordagem a partir dos livros didáticos (1890-1910).

as concepções metodológicas prescritas para o Ensino de Aritmética no estado do Espírito Santo, no período 1930-1945, a partir da análise dos documentos oficiais<sup>4</sup>.

Identificamos, no acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, provas de aritmética, realizadas por vinte alunas matriculadas no Curso de Adaptação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora datadas de 1934. De acordo com Valente (2013), as provas antigas de matemática são vestígios, para o tempo presente, referentes à educação matemática de outros tempos, compondo um *corpus* de fontes para pesquisa.

Pierre Caspard (1990, p. 1) afirma que os trabalhos realizados por alunos, corrigidos e classificados pelo professor, tornam-se fontes de pesquisas privilegiadas, pois, a partir de sua análise, é possível uma aproximação da relação didática mantida entre o aluno, professor e o conhecimento, visto que “ils reflètent à la fois l'énoncé d'un savoir et l'émission de normes par l'enseignant, et le degré d'assimilation de ce savoir ou d'adhésion à ces normes par chacun de ses élèves”<sup>5</sup>. Nesse sentido, compreendemos as provas como um produto gerido da cultura escolar, conceituado por Julia (2001, p. 9) como o “conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e inculcar, e um conjunto de práticas que definem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”.

Em face dessas reflexões e, tendo como objeto de estudo as vinte provas realizadas por alunas do primeiro ano do Curso de adaptação do Colégio N. S. Auxiliadora, em 1934, surgiram algumas indagações como: O que era o Curso de Adaptação e qual sua finalidade? A que público se destinava? O Colégio N. S. Auxiliadora, além do Curso de Adaptação, ofertava outros cursos? Era uma instituição pública ou privada? Quais práticas pedagógicas e vestígios da aritmética podem ser constatados a partir desse *corpus* de provas? Para respondermos essas questões ou, pelo menos, algumas delas, procuramos, a princípio, identificar trabalhos que dissertassem sobre o Curso de Adaptação no Estado do Espírito Santo. No entanto, não obtivemos êxito. Posteriormente, recorremos ao Jornal “Diário da Manhã”, uma publicação capixaba, cujas edições estão digitalizadas na Hemeroteca Digital<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> Título provisório: O Ensino da Aritmética nas Escolas Primárias do Espírito Santo: 1930-1945 um olhar a partir dos documentos oficiais.

<sup>5</sup> “refletem a afirmação de um conhecimento e a emissão de normas pelo professor, e o grau de assimilação deste conhecimento ou adesão a essas normas por cada um de seus alunos” (Caspard, 1990, p. 1, tradução nossa).

<sup>6</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital do Brasil: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Como recurso de busca, foram utilizadas as palavras: Curso Adaptação, Colégio N. S. Auxiliadora, etc.

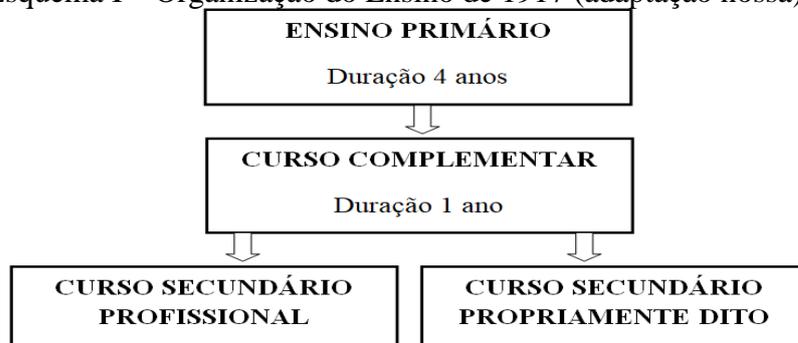
Assim posto, discorreremos sobre [1] o processo de criação do Curso de Adaptação e a organização do ensino àquela época; [2] o Colégio N. S. Auxiliadora e, finalmente, analisaremos as provas, em busca de vestígios da aritmética e das práticas pedagógicas nele desenvolvida.

## **O SURGIMENTO DO CURSO DE ADAPTAÇÃO**

A segunda República traz consigo a eminência de questões políticas que leva o presidente do Espírito Santo, o Dr. Aristeu Borges Aguiar<sup>7</sup>, em outubro de 1930, diante do avanço dos revolucionários, a abandonar o cargo e, junto com a família, embarcar para Lisboa. O Capitão João Punário Bley<sup>8</sup>, chefe do estado-maior durante o governo de Aristeu Aguiar, após desertar e aderir à causa revolucionária é nomeado Interventor por Getúlio Vargas, em novembro do corrente ano para governar o Espírito Santo (FRANCO e HEES, 2003). Em 1932 o Dr. Fernando Duarte Rabello, professor catedrático da escola Normal Pedro II<sup>9</sup> é convidado pelo interventor a assumir a Secretaria de Instrução Pública espírito-santense.

Ainda em 1932, a organização do ensino estava atrelada à da Lei 1094 de 05 de janeiro de 1917 (Esquema I), publicada pelo Secretário Geral do Estado o Sr. Bernardino de Souza Monteiro.

Esquema I – Organização do Ensino de 1917 (adaptação nossa)



Fonte: Adaptado da Lei 1094 (Acervo da Biblioteca Pública-ES)

<sup>7</sup> Presidente do Estado no período de (1928-1930).

<sup>8</sup> o Espírito Santo de novembro de 1930 a janeiro de 1943. De 1930 a 1935 como interventor federal. De 1935 a 1937 como governador constitucional. E de 1937 a 1943 novamente como interventor.

<sup>9</sup> No ano de 1921 dirigia a secção masculina do Curso Complementar, anexo à Escola Normal.

O Curso Complementar era um preparatório para quem adentrava o Curso Secundário. Era dividido em Secundário Profissional, ministrado pela Escola Normal, com a função de preparar os alunos, de ambos os sexos, para exercer a profissão do magistério e o Secundário Propriamente Dito, ministrado pelo Ginásio Espírito-Santense, com a função de preparar o alunado para o Curso Superior.

Em 17 de janeiro de 1933, o jornal Diário da Manhã apresenta um artigo intitulado: “O Problema da Educação” cujo teor evidencia não haver a intenção de uma grande reforma, mas, o estabelecimento de metas dentro das possibilidades econômicas e que se ajustassem as necessidades do estado. Algumas Reformas já haviam sido efetivadas no estado ao longo dos anos, com foco no Ensino Primário, todavia, esse governo demonstrava uma intenção de melhoria na formação dos professores primários, e, portanto, as primeiras mudanças foram pensadas a partir do Ensino Normal como se verifica a seguir:

[...] Refórmias do ensino, nós as temos tido. Entretanto, umas feitas longe dos conselhos dos educadores. Refórmias sem significação nem finalidade. [...] Temos necessidade de uma reforma de ensino. Porém, há de ela partir da Escola Normal. Si aqui é que se preparam os professores, e si a escola – é axioma pedagógico – há de ser o que for o professor, como admitir refórmias remodelando o ensino primário, mas sem mexer no ensino normal? (DIARIO DA MANHÃ, 1933a, p. 1)

O governo manteve a estrutura básica do ensino público que recebeu dos dirigentes derrubados pela Revolução de 1930, entretanto, realizou reformas progressivas. Uma das mudanças que perpassou as escolas normais foi à extinção do seu tipo misto (oferecer ensino propedêutico e profissional ao mesmo tempo). “[...] É preciso acabar com a anomalia. O aluno, para uma Escola Normal deve vir preparado com o curso de humanidades comum” (DIARIO DA MANHÃ, 1933a, p. 1). Nesse sentido, mudanças foram pensadas para a reorganização do Curso Complementar, preparatório para o Curso Normal, como uma nova seriação das disciplinas existentes e o adição de outras disciplinas que mais se ajustavam às necessidades da prática docente.

Anteriormente, o caminho percorrido pelos alunos que pretendiam cursar a Escola Normal era a realização dos quatro anos do Curso Primário seguido de um ano de Curso Complementar e ser aprovado no Exame de Admissão. Além disso, conforme Siqueira Filho (2016, p. 371), os “[...] princípios de moral cristã e bons costumes configuravam-se

como exigências àqueles os quais quisessem ser admitidos nas Escolas Normais; [...] tais atributos eram ainda mais severos com relação à mulher”.

O Curso Complementar, que preparava os candidatos para o exame de admissão ao Curso Normal e Ginásial, era um estudo mais amplo das matérias do programa do Ensino Elementar. Conforme o jornal Diário da Manhã, de 21 de março de 1933, estava vigente, no ano transato, vinte Cursos Complementares, sendo treze públicos e sete particulares. A partir do Decreto nº 3.246 de 31 de janeiro de 1933 foi criado o Curso de Adaptação (extinto Curso Complementar).

Art.3º - Passam a denominar-se “Cursos de Adaptação ao Ensino Normal” os atuais cursos complementares.

Paragrafo unico – O ensino nesses cursos será ministrado em dois anos e constatará das seguintes materias: - português, francês, **aritmética**, noções de historia do Brasil, de cosmografia e ciencias físicas e naturais, educação cívica, geografia, educação física, musica e canto coral e artes aplicadas (DIARIO OFICIAL, 1933, p.1, grifo nosso).

O Dr. Fernando Duarte Rabello, responsável pela administração do ensino público no Espírito Santo, transformou os Cursos Complementares em Cursos de adaptação ao Ensino Normal, de dois anos de duração compreendendo quatro horas diárias. A matrícula era oportunizada aos alunos com idade entre 12 e 18 anos, que apresentassem certificados de aprovação nas matérias do quarto ano primário ou aprovação em exame de admissão, de acordo com o programa do 4º ano. Para ministrar essas matérias foram contratados professores especializados (DIARIO OFICIAL, 1933).

A professora Celina Padilha, chefe do serviço de obras sociais da Diretoria de Instrução e secretária geral da Federação das Sociedades Nacionais de Educação, em entrevista concedida ao Jornal Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, em 25 de fevereiro de 1933, e publicada, posteriormente, no Jornal Diário da Manhã, relata sobre a viagem oficial realizada aos Estados da Bahia e do Espírito Santo, a fim de se inteirar sobre a situação da Educação e sobre as propostas dos atuais governos. Em relação ao Espírito Santo, o Secretário Dr. Fernando D. Rabello, conhecia a situação do ensino em todas as suas minúcias, em função da sua experiência pregressa no cargo de Inspetor Escolar<sup>10</sup>, e

---

<sup>10</sup> Fernando Duarte Rabello foi nomeado Inspetor Escolar mediante Decreto 4.305 de 07 de abril de 1921. Exerceu a função até setembro de 1923.

assim dava a devida atenção exigida pelo meio, resolvendo os casos gerais ou peculiares a cada lugar.

Em sua entrevista, entre as ações realizadas pelo governo no que tange à educação, a secretária geral da Federação das Sociedades Nacionais de Educação deu ênfase à criação do Curso de Adaptação, assim se posicionando:

[...] Para que seja melhor atendida a formação técnica do professorado, separa-se do curso normal, propriamente, o preparatório, chamado de adaptação, complementar ao primário, feito em dois anos.

Estão creados de inicio três cursos de adaptação, de cujo certificado depende a admissão ao exame de suficiência para entrada na Escola Normal Pedro II, outros surgirão à medida das necessidades (DIARIO DA MANHÃ, 1933b, p. 1).

Nesse sentido, o Curso de Adaptação configurou-se como uma estratégia do governo, definida por De Certeau (1998, p. 99) como, o “cálculo (ou manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder [...] pode ser isolado”, a fim de garantir a melhoria da formação técnica do futuro professorado, visto que em algumas ocasiões, mais especificamente, nas áreas rurais, cidades e vilas afastadas da capital, quem concluía o curso complementar acabava atuando na instrução primária. Este fato pode ser verificado e um trecho da mensagem do governo encaminhada para a Assembléia em 1920.

Diante da obstinação do nosso professorado diplomado em não exercer as cadeiras ruraes nem mesmo as localizadas nas cidades e villas afastadas das estradas de ferro, deveríamos collocar em melhor situação o professorado de concurso, exigindo para os exames as matérias do curso complementar e não as do curso normal, para que mais facilmente possamos supprir as necessidades do interior, onde contamos actualmente 54 cadeiras vagas (ESPÍRITO SANTO, 1920, p.21).

A princípio, o governo implantou o Curso de Adaptação em três escolas<sup>11</sup> no estado do Espírito Santo, “[...] um anexo á Escola Modelo, na capital, um anexo ao Grupo Escolar de Cachoeiro de Itapemirim e um anexo ao Grupo Escolar de Alegre” (DIARIO OFICIAL, 1933, p.1). Criou, posteriormente, outros Cursos de Adaptação, em locais onde as necessidades do ensino, assim exigiam. Desse modo, ainda no ano letivo de 1933, a

---

<sup>11</sup> Situadas nas três cidades mais desenvolvidas do estado na época: Vitória, Cachoeiro e Alegre.

Escola Normal Pedro II<sup>12</sup> e o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (instituição particular) passaram a ofertar o curso.

Em 1933, primeiro ano de funcionamento, a Escola Normal Pedro II contava com a frequência<sup>13</sup> de 255 alunas e 68 alunos, já a Escola Modelo 239 alunas e 90 alunos e o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora 108 alunas.

## **O COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA E O CURSO DE ADAPTAÇÃO**

Figura 1 – Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (século XX)



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (Figura 1) foi o primeiro educandário fundado no Espírito Santo sob a direção de religiosas<sup>14</sup>. Em 1900, chegavam à cidade de Vitória, três irmãs Carmelitas – da Ordem de São Vicente de Paulo: Filomena Desteillon, Maria e Vicência, cedidas pela superiora Irmã Chantrel a pedido do Bispo Dom João Nery<sup>15</sup> para dirigir um educandário na capital do Estado (FRANCO, 2004).

A instalação do educandário se fez nas dependências do Convento do Carmo, já ocupadas pelo bispo quando assumira a diocese em 1897. No ano seguinte, Nery conferiu à capela do convento, após pequena reforma, a designação de Episcopal Santuário de Nossa Senhora Auxiliadora – razão do nome oficial do estabelecimento que ali começou a funcionar (FRANCO, 2004).

---

<sup>12</sup>Fundada em 14 de julho de 1892, foi a primeira Escola Normal do Espírito Santo, “passando a ser denominada Escola Normal Dom Pedro II no ano de 1925, em homenagem ao centenário de nascimento do segundo imperador do Brasil” (SIQUEIRA FILHO, 2016, p.370).

<sup>13</sup>De acordo com as notas publicadas no jornal “Diário da Manhã” ao longo do ano de 1933.

<sup>14</sup>O colégio ofertava para meninos, apenas o ensino primário.

<sup>15</sup>Bispo da diocese do Espírito Santo entre 1896 a 1901.

Subvencionado pela oligarquia no poder que desejava um ensino conservador a fim de manter os padrões de comportamento em conformidade com as suas aspirações, de maneira a não comprometer a estrutura social vigente, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora inicia suas atividades em 1901.

[...] Em 1º de março de 1901, o colégio já estava funcionando. Contava com 9 alunas internas, 86 alunos externos entre os quais 23 meninos. Gradativamente a escola foi crescendo, o que possibilitou a vinda de mais religiosas, que, em 1902, passaram a ser em número de 6 (FRANCO, 2004, p. 316).

Em 1902 um novo bispo assume a Diocese do Espírito Santo, D. Fernando de Souza Monteiro, irmão do presidente Jerônimo Monteiro. Essa relação familiar trouxe uma associação entre a Igreja e o Estado que acabou por favorecer o Colégio. “Em 1905, por exemplo, o colégio passou a receber da Assembléia Legislativa uma subvenção mensal de 250\$000 para ajudar a manter o funcionamento da escola (FRANCO, 2004, p. 317)”. Quatro anos mais tarde, o Decreto nº 334, equiparou esse estabelecimento à Escola Normal Pedro II, o que significou um grande impulso para o colégio, pois as alunas ali diplomadas adquirem os mesmos direitos e vantagens de quem recebe o certificado da Escola Normal.

Tratando-se de um colégio religioso, o ensino era rigoroso, pautado em normas de conduta e comportamento, baseado na memorização. Após a extinção do Curso Complementar, em março de 1933, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora iniciou o primeiro ano do Curso de Adaptação, tendo o corpo docente constituído de religiosas especializadas. O curso acontecia entre os meses de março e novembro sendo as avaliações realizadas trimestralmente. Conforme Franco (2004, p. 320-321),

O ensino era baseado na memorização. A grande maioria acabava adotando a prática do ponto, que era cobrado impiedosamente nas avaliações. No Carmo, as escritas eram mensais. No final do ano existiam os exames finais constituídos de uma prova escrita e uma oral. O exame oral, para o qual se constituía uma banca, era individual, sendo o ponto sorteado na hora. Diferentemente do que acontecia na Escola Normal, aqui os exames não podiam ser assistidos pelo público.

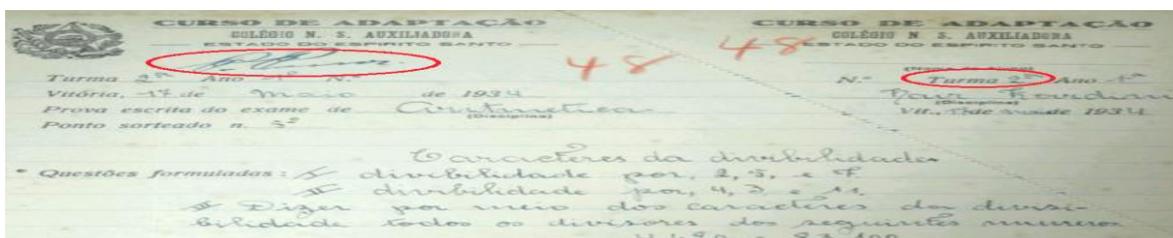
Em relação ao Curso de Adaptação, conforme a lei em vigor, dentro dos nove meses letivos, eram realizadas provas escritas trimestrais, sendo que no último trimestre, além da prova escrita era aplicada uma prova oral, para a qual era constituída uma banca. Em 1934 a primeira prova trimestral foi realizada no dia 17 de maio, a partir das 8 horas e

30 minutos, sob a fiscalização do professor Placidino Passos, assistente técnico do Departamento do Ensino Público (DIARIO DA MANHÃ, 1934), cujas algumas análises faremos a seguir.

**PROVAS DE ARITMÉTICA: conteúdos e vestígios das práticas pedagógicas**

A prova, destinada ao grupo de alunas (Figura 2), exigia mostrar competência sobre o ponto sorteado, no caso, “Caracteres de Divisibilidade” e exemplificá-los. Todas as vinte provas analisadas apresentam no cabeçalho: nome do curso, da instituição, o logotipo do governo do estado, além dos espaços para as assinaturas do fiscal do governo, professor Placidino Passos e das alunas.

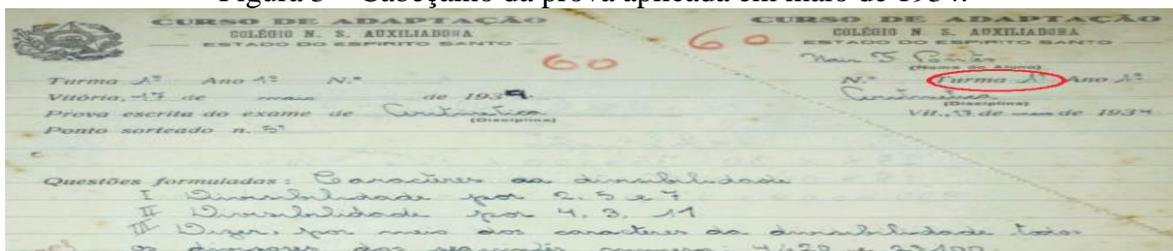
Figura 2 – Cabeçalho da prova aplicada em maio de 1934.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Trata-se de uma prova escrita das turmas do primeiro ano, contendo quatro páginas, destas, três para resolução das questões e, na lateral direita superior da primeira folha existia um campo de destaque triangular para preenchimento dos nomes e outros dados. O destaque se fazia necessário, pois conforme a lei em vigor, a correção deveria ser realizada sem a identificação do autor. É possível inferir, ainda, que no ano de 1934, o Colégio contava com pelo menos duas turmas do Curso de Adaptação (Figuras 2 e 3).

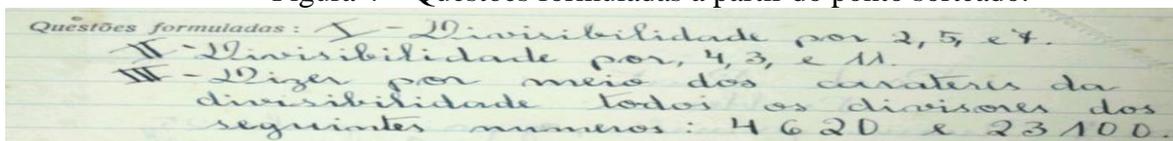
Figura 3 – Cabeçalho da prova aplicada em maio de 1934.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

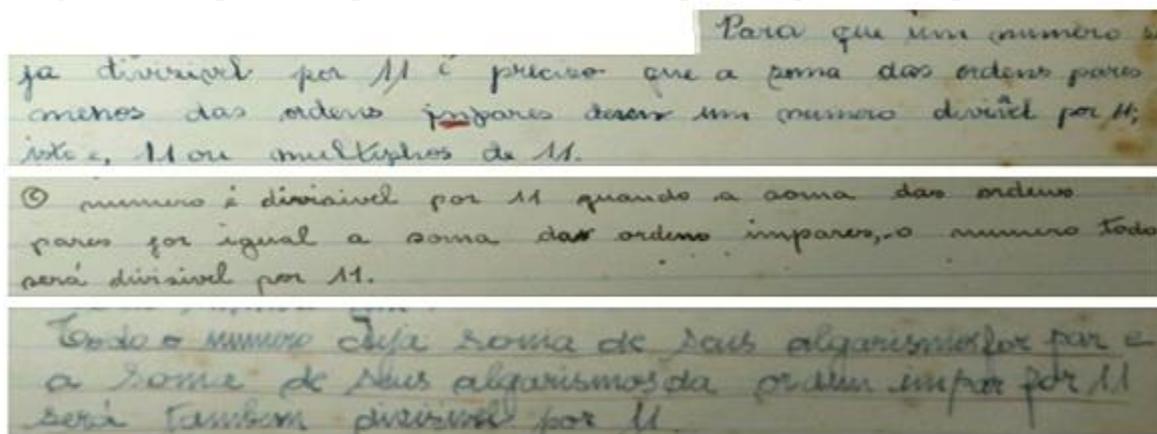
A avaliação, totalizando cinco questões está dividida de maneira geral em duas partes: A primeira, intitulada “Questões Formuladas” compreende três indagações (Figura 4) acerca do “ponto sorteado”. Esse tópico tem um caráter dissertativo, onde as alunas poderiam demonstrar por meio do texto escrito os conhecimentos adquiridos acerca daquele conteúdo. A partir das respostas (Figura 5), é possível constatar a memorização dos critérios de divisibilidade, pois as alunas se utilizam da mesma definição, com as mesmas palavras, até mesmo, quando ocorre um “erro”, há vestígios de uma aproximação da definição.

Figura 4 – Questões formuladas a partir do ponto sorteado.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Figura 5 – Respostas da questão II - divisibilidade por 11, apresentadas por três alunas.



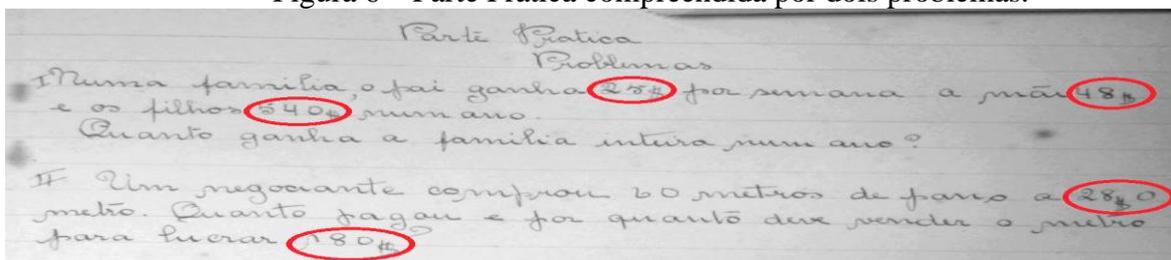
Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (adaptação nossa).

As provas analisadas estão inseridas no período em que estava vigente o movimento escolanovista, onde se tinha “o desafio de romper com os modos considerados tradicionais” (VALENTE et al., 2016, p. 20), todavia, o que constatamos na análise em curso é uma cultura escolar, baseada em processos de memorização que remete à escola tradicional.

A segunda parte da prova, intitulada “Parte Prática” compreende dois problemas (Figura 6), envolvendo leitura, interpretação e as quatro operações. Podemos observar, nas

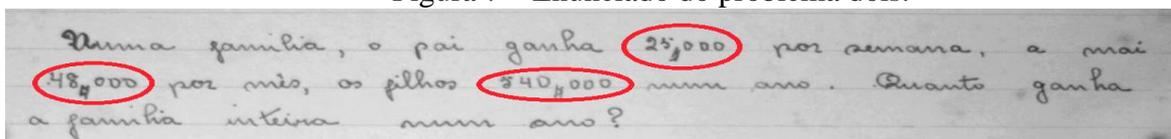
Figuras 6 e 7, maneiras diferentes para se representar os valores monetários utilizados nos problemas. Uma possibilidade para essa diferença seria o fato da prova ter sido ditada.

Figura 6 – Parte Prática compreendida por dois problemas.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Figura 7 – Enunciado do problema dois.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

A utilização de problemas, evidencia uma orientação do ideário da Escola Nova para o qual “[...] o ensino de aritmética [...] deverá ser realizado por meio da *resolução de problemas*” (VALENTE et al., 2016, p.21, grifo do autor). Dentro desse movimento, nos problemas deveriam ser consideradas situações da vida real do alunado. Entretanto, embora seja possível verificar essa como uma prática das professoras (irmãs) nessa escola, por meio da análise das provas, os enunciados utilizados, não compreendem situações da vida real. Nesse sentido, não atendiam efetivamente às orientações dessa vaga pedagógica.

As provas eram corrigidas, como dito anteriormente, sem identificação, e era realizada por dois examinadores, em dois momentos. A professora regente, irmã Irene<sup>16</sup>, corrigia a prova e já registrava a nota na lateral esquerda da primeira página e, posteriormente, o fiscal do governo – professor Placidino Passos, concordava com a nota já atribuída pela professora ou julgava outra nota, conforme verificamos nas Figuras 8 e 9. A nota final era dada pela média aritmética das notas atribuídas pela professora regente e pelo fiscal do governo. Esses modos de correção podem ser verificados desde meados de 1720 na França, no Colégio de Louis Le Grand (COMPÉRE e PRALON-JULIA, 1990), configurando, um transplante cultural de uma prática perpetuada ao longo dos anos.

<sup>16</sup>Professora da cadeira de aritmética do primeiro ano do curso de adaptação (DIÁRIO DA MANHÃ, 1933, p.1 n° 2528).

Figura 8 – Nota

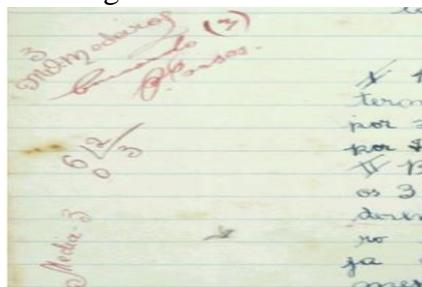
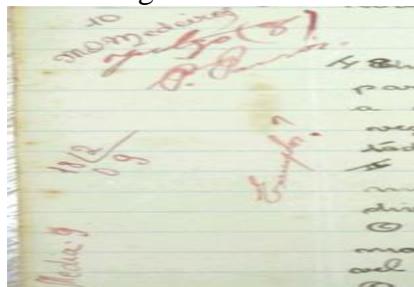


Figura 9 – Nota



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Na Figura 9, verificamos a diferença entre as notas atribuídas pelos dois examinadores: a professora regente atribuiu a nota 10, visto que a aluna acertou todas as questões da prova, porém, o fiscal, não concordou e atribuiu nota 8, pois levou em conta, faltar na primeira parte da prova, os seis exemplos referentes aos caracteres de divisibilidade por 2, 3, 4, 5, 7 e 11. Isto é possível ser constatado a partir do momento em que o fiscal escreve a palavra exemplos, seguida por uma interrogação.

No Quadro 1 apresentamos as notas atribuídas pelos dois examinadores às vinte alunas, bem como as médias finais. A partir da análise deste quadro é possível verificar que apenas em cinco provas houve confluência na correção dos examinadores. Além disso, analisar esse conjunto de provas nos permite comparar as performances dos alunos entre si e considerar os alunos como um todo e não mais isoladamente (COMPÈRE e PRALON-JULIA, 1990).

Quadro 1 – Notas atribuídas às provas e média final de cada aluna

PROVA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
PROFESSORA	7	3	5	6	1	10	9	3	8	6	10	9	6	8	8	8	6	6	4	7
FISCAL	7	3	4	4	1	8	8	3	7	6	8	8	4	7	7	6	4	4	3	6
MÉDIA	7	3	4,5	5	1	9	8,5	3	7,5	6	9	8,5	5	7,5	7,5	7,0	5	5	3,5	6,5

Fonte: Dados compilados a partir das vinte provas.

Verifica-se no quadro acima que a nota atribuída pelo fiscal é igual ou inferior à atribuída pela professora. Portanto, é notório que sua avaliação se mostrava mais rigorosa/criteriosa.

No decorrer da análise das provas, observamos que na correção alguns símbolos empregados, ainda são utilizados nos dias atuais, como é possível verificar na Figura 10 (E para errado, C para certo). Além desses, identificamos o símbolo  $\sqrt{\quad}$  (radical) como uma



e dois problemas, foi possível constatar, um ensino baseado na memorização, quando cobrado das alunas as regras de divisibilidade, o que nos remete a uma cultura escolar dessa instituição, que se utilizava da pedagogia tradicional ao mesmo tempo em que se atentava à utilização de problemas, vestígio do movimento escolanovista. Nesse sentido, é possível identificar a coexistência dos movimentos de mais de uma vaga pedagógica. Além disso, destacamos outras práticas, como: o uso dos sinais C para certo e E errado e, o fato da correção passar por dois professores.

Finalizamos esse trabalho, compreendendo ser necessário empreender um estudo mais criterioso das provas, pois neste, não foi possível investigar e apresentar todas as possíveis nuances que esse corpus documental pode nos fornecer.

## **REFERÊNCIAS**

CASPARD, Pierre. Introdução. **Revista de Histoire de L'éducation**, n. 46, p. 1-3, 1990. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/182386>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

COMPÈRE, Marie-Madeleine; PRALON-JULIA, Dolorès. **Les exercices latins au Collège de Louis-le-Grand vers 1720**. *Revista de Histoire de L'éducation*, n. 46, p. 5-52, 1990. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/182386>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**:1.Artes de fazer.3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Colégio Nossa Senhora Auxiliadora**. Vitória, 19--. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br/images/galerias/index.html>>. Acesso em 10 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.246 de 31 de janeiro de 1933**. Diário Oficial, Vitória, Ano III, Vol III, jan. 1933. Acervo: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES).

\_\_\_\_\_. **Lei nº 1.094 de 05 de janeiro de 1917**. Vitória, 1917. Acervo: Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo.

FRANCO, S. P.; HEES, R. R. **A República no Espírito Santo**. Vitória: Multiplicidade, 2003.

FRANCO, Sebastião Pimentel. **As escolas femininas de formação para o magistério no Espírito Santo**: Primeira República. *Dimensões - Revista de História da UFES*, n.16, p.

311-322, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/dimensoes.article/view/2660/2145>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

GOMES, Nestor. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo**, em 7 de novembro de 1920, pelo Sr. presidente Nestor Gomes. Victoria, 1920. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 02 de jan. 2018.

JORNAL DIARIO DA MANHÃ. **O Problema da Educação**. Vitória (ES), 17 de janeiro de 1933a – ANO XXVI edição nº 3115. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 10 de jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **O Ensino Público no Estado do Espírito Santo**. Vitória (ES), 18 de março de 1933b – ANO XXVI edição nº 3165. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 02 de jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Vida Escolar**. Vitória (ES), 18 de maio de 1934 – ANO XXVII edição nº 2705. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 10 de jan. 2018.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas, n. 1, p. 9-43, jan./abr. 2001.

SIQUEIRA FILHO, Moysés Gonçalves. **A Matemática na formação de professores primários no Espírito Santo (1890-1908)**. Revista Diálogo Educacional. Curitiba, v. 16, n. 48, p. 365-380, maio/ago. 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/169138>>. Acesso em: 4 de fev. 2018.

VALENTE, Wagner Rodrigues. **Oito Temas sobre História da Educação Matemática**. REMATEC - Revista de Matemática, Ensino e Cultura (UFRN), v. 8, p. 22- 50, jan./jun. 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/160384>>. Acesso em: 15 set. 2017.

VALENTE, W. R.; BERTINI, L. F.; CANEIRO, R. F.; FAYOL, M. **A aritmética nos primeiros anos escolares: história e perspectivas atuais**. 1 ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016.